



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PROT-CMI 37/2017
30/08/2017 - 09:04
PL 204/2017

PALÁCIO VOTURA

*Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP*

PROJETO DE LEI Nº /2017

“Define os parâmetros de priorização e as condições e procedimentos para cadastro e seleção dos beneficiários de programas habitacionais realizados pelo poder público no Município e das outras providências”.

NILSON ALCIDES GASPAR, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - A família que pretender ser beneficiada por programas habitacionais desenvolvidos pela Prefeitura Municipal ou em parceria com a iniciativa privada, deverá se inscrever, gratuitamente, através de cadastro na Secretaria Municipal de Habitação.

Art. 2º - Os dados cadastrais do candidato devem contemplar todas as informações necessárias à aplicação dos critérios de seleção e deverão ser atualizados pelo menos a cada 6 (seis) meses, havendo alguma alteração nos dados cadastrais a atualização deverá ser antecipada.

Art. 3º - Os critérios, as condições e os procedimentos para a seleção dos beneficiários deverão atender as exigências formuladas por cada um dos entes da federação a que o programa vier atender, segundo as prioridades estabelecidas nos referidos convênios e/ou parcerias.

Art. 4º - Dentre outros critérios a serem previstos em regulamento do Executivo; para participar dos programas habitacionais no município, os interessados deverão:

- a) Ter no mínimo 18 (dezoito) anos.
- b) Não ser proprietário e não possuir financiamento de imóvel residencial.
- c) Não ter sido atendido anteriormente por programas habitacionais, residir ou trabalhar em Indaiatuba.

Art. 5º - No ato da inscrição os interessados devem apresentar documentos originais e comprovar o tempo de moradia em Indaiatuba, de todos os membros da família, dentre eles:

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PROT-CMI 37/2017
30/08/2017 - 09:04
PL 204/2017



PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.

CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

- a) RG e CPF
- b) Comprovante de endereço
- c) Carteira de trabalho atualizada com o último registro do contrato de trabalho
- d) Certidão de nascimento ou casamento
- e) Certidão de nascimento dos filhos
- f) Os três últimos holerites ou comprovante de renda, se aposentado ou pensionista, os três últimos recibos do benefício

§ 1º Para fins de comprovação do tempo de moradia o interessado deverá apresentar ao menos 2 (dois) dos seguintes documentos :

- a) Título de eleitor,
- b) Carteira de vacinação para os filhos de até 6 (seis) anos ou atestado escolar para os filhos maiores de 7 (sete) anos.
- c) Declaração do posto de saúde atestando o início e a frequência do atendimento do interessado.
- d) Histórico escolar do interessado.
- e) Contrato de aluguel com firma reconhecida.

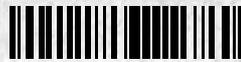
Art. 6º - Fica expressamente vedada a inclusão nos programas habitacionais do município das pessoas que tenham sido atendidas anteriormente por programas habitacionais ou beneficiadas em qualquer tempo, por lotes ou moradias, subsidiados total ou parcialmente pelo poder público.

Parágrafo Único – Não se aplica o disposto neste artigo, no caso de sucessão por morte, desde que não usufruam sob qualquer forma ou qualquer título, do referido imóvel.

Art. 7º - O processo seletivo nortear-se-á pelo objetivo de priorização ao atendimento de candidatos que se enquadram no maior número quanto aos critérios específicos do programa e adicionais de seleção.

§ 1º - O número de candidatos selecionados deverão corresponder a quantidade de unidades habitacionais, acrescida por 30% de suplentes.

§ 2º - Das unidades habitacionais, de cada empreendimento serão reservadas pelo menos 3% (três por cento) para atendimento a pessoa com deficiência, ou cuja família tenha pessoas com deficiências, que figurará no cadastro de todos os candidatos além de cadastro específico.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA



PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.

CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

§ 3º - Famílias com deficientes e portadores de necessidades especiais devem apenas informar esta condição, na oportunidade em que forem chamados para adesão a algum empreendimento terão que apresentar a condição de sua situação, com atestado médico que comprove a deficiência alegada e que contenha a espécie, o grau ou nível da deficiência e a classificação internacional da doença – CID.

§ 4º - Deverão ser reservados no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais para atendimento aos idosos, conforme disposto no inciso I do Art. 38 de Lei nº 10741/2003, e suas alterações no Estatuto do Idoso.

§ 5º - Deverão ser reservados no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais para famílias que vivem em situação de precariedade habitacional, atendidas mediante visita, acompanhamento e análise, feito pelo social do município.

§ 6º - 30% (trinta por cento) das unidades serão destinadas para famílias que residem a mais tempo no município de Indaiatuba mediante a comprovação, exclusivamente para programas habitacionais desenvolvidos somente pelo Poder Público.

§ 7º - Todos os inscritos no cadastro habitacional, que se enquadrem nas regras da faixa de um referido programa, participam do sorteio, independente da data de inscrição.

§ 8º - Para a contemplação nos programas de moradia de faixa 1, fica estabelecido residir ou trabalhar em Indaiatuba há pelo menos 5 (cinco) anos.

§ 9º - Para programas habitacionais em parceria com a iniciativa privada, faixa um e meio e faixa dois, do programa minha casa minha vida, fica estabelecido residir ou trabalhar a pelo menos 120 dias de moradia no Município.

§ 10º - Pessoas que já foram contempladas anteriormente em programas habitacionais e não teve a posse do imóvel terão o direito de participar do programa mediante comprovação.

§ 11º - Pessoa Só que já constituiu família poderá participar dos programas habitacionais do município, e pessoas Só que não constituiu família poderá participar dos programas em parceria com a iniciativa privada.

§ 12º - As unidades habitacionais reservadas que não forem destinadas por falta de candidatos, pessoa com deficiência ou idoso, serão destinadas as famílias em situação precária comprovada através de visita, análise e acompanhamento, feita pelo departamento social do município.

§ 13º - Serão utilizados nos que couberem, os conceitos de família, pessoas responsável pela unidade familiar, morador e outros previstos na legislação do CadÚnico,

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA

PROT-CMI 37/2017
30/08/2017 - 09:04
PL 204/2017



PALÁCIO VOTURA

**Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.
CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP**

notadamente no Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e na portaria MDS nº 376, de 16 de outubro e alterações subsequentes.

§ 14º - Pessoas nascidas em Indaiatuba considera-se início de tempo de moradia no município, a data de nascimento do mesmo.

§ 15º O candidato que omitir informações ou as prestar de forma inverídica, sem prejuízo a de outras sanções, deverá ser excluído, a qualquer tempo, do processo de seleção estabelecido nesta lei.

Art. 11 – Nos programas desenvolvidos em parceria com a iniciativa privada, o Poder Publico deverá preencher as unidades no prazo de 3 (três) meses, sendo que a partir dessa data, poderá o empreendedor comercializar suas unidades sem vinculo com a lista do cadastro.

Paragrafo Único – Quando a comercialização se fizer com família que já esteja no cadastro público, o interessado fará jus ao benefício das Leis Municipais 5.762/10 e 6.268/14

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei n. 6.086 de 13 de Dezembro de 2012.

Sala das sessões, aos 29 de agosto de 2017.

**JORGE LUIS LEPINSK (PEPO)
VEREADOR**



PROT-CMI 37/2017
30/08/2017 - 09:04
PL 204/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA



PALÁCIO VOTURA

Rua Humaitá, 1167 Centro – PABX: (19) 3885-7700.

CEP: 13.339-140 – Indaiatuba - SP

Justificativa

Com o objetivo de priorizar cada família cadastrada nos programas habitacionais do Município, essa lei se faz necessária, haja visto que a partir dessa lei pessoas que já constituíram família e hoje se encontram só poderão participar dos programas.

Famílias que já foram contempladas não poderão participar mais de nenhum programa, exceto famílias que não assinaram nenhum contrato e não obteve posse do imóvel.

3% das unidades habitacionais de baixa renda serão destinadas a famílias que vivem em situação de precariedade (não passando por sorteio), mediante acompanhamento e análise feita pelo social do município, dando prioridade para as famílias que mais necessitam.

Famílias que se encaixam nos programas feitos em parcerias com iniciativa privada poderão adquirir o seu imóvel no mesmo prazo que a caixa econômica federal exige de tempo de registro em carteira e FGTS.

Com a aprovação dessa lei famílias que residem a mais tempo no município terão mais chances de serem contempladas, com a destinação de 30% nas unidades nos programas de baixa renda.

Diante do acima exposto, requeiro o voto favorável dos meus Pares desta Casa Legislativa.

Sala das sessões, aos 29 de agosto de 2017

Jorge Luis Lepinsk (Pepo)
Vereador